



OBS.: Sr. Licitante, solicitamos a gentileza de na véspera do certame, entrar no site da Prefeitura municipal: www.sjvriopreto.rj.gov.br, no menu "licitação", mesmo local aonde foi retirado o referido edital, para que seja observado se não houve nenhuma alteração, cancelamento ou suspensão do presente certame.

EDITAL DE LICITAÇÃO

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
Nº 006/2019**

**DATA DA ABERTURA : 25 DE MARÇO DE 2019
HORÁRIO: 14:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA**

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Coronel Francisco Limongi, nº 125, 3º andar, no prédio da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto –RJ, localizada ao lado do Shopping Estação.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, através de seu Pregoeiro, nomeado através da Portaria G.P. nº 17 de 15 de janeiro de 2019, de conformidade com os processos administrativos nº 8219/2018, torna público que realizará licitação na modalidade de **Pregão Presencial, para pronta Contratação de empresa especializada**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, a saber:** com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

I - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto deste - PREGÃO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NOS MOLDES DO ANEXO I,II,III, IV, V E VI DO REFERIDO EDITAL.

1.2 - O valor total estimado pela Administração para a aquisição do objeto deste Pregão consta no ANEXO I deste Edital.

II- CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1 - As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecidos neste edital, proceder ao credenciamento, entregando ao Pregoeiro os envelopes separados, respectivamente, a **"PROPOSTA"** e **"DOCUMENTAÇÃO"** contendo na parte externa o número do Edital, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

2.1.2 - As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecidos neste edital, proceder ao credenciamento, entregando ao Pregoeiro os envelopes separados, respectivamente, a **"PROPOSTA"** e **"DOCUMENTAÇÃO"** contendo na parte externa o número do Edital, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

2.2 - Somente poderão participar deste pregão as empresas que:

2.2.1 - estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

2.2.2 - comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.



2.3 - Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

- 2.3.1 - suspensas temporariamente nos termos da legislação vigente;
- 2.3.2 - já incurso na pena do inciso IV, do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 2.3.3 - em consórcio ou grupo de empresas;
- 2.3.4 - que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 2.3.5. Empresa e/ou empresário, no que couber, que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- 2.3.6. Sociedade estrangeira que não funcione no país;
- 2.3.7. Empresa e/ou empresário com o direito de contratar com a Administração Pública suspenso ou por estar declarada inidônea;
- 2.3.8. Empresa e/ou empresário que esteja cumprindo penalidade que impeça de participar de licitação junto à Administração Pública;
- 2.3.9. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua constituição;
- 2.3.10. Que possua participação direta ou indireta de sócio, dirigente, diretor ou responsável ou seu proprietário tenha vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto;
- 2.3.11. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.4 - A participação neste Pregão importa à proponente no total, irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

ATENÇÃO LICITANTE

III- DO CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES):

3.1- O credenciamento é a condição obrigatória para a participação dos representantes das licitantes neste Pregão. Deve ser entregue ao Pregoeiro fora de qualquer envelope, antes o início da sessão.

3.1.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos que serão anexados ao processo licitatório:

A - Tratando-se de representante legal, o Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (cópia autenticada ou original e cópia para ser autenticada pela comissão);

B - Tratando-se de procurador, além do documento acima (letra A) munido do original de sua carteira de identidade, ou de outra equivalência, juntamente deverá apresentar o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados, que comprove os poderes do mandante para a outorga (cópia autenticada ou original e cópia para ser autenticada pela comissão).



C- No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.

D – Declaração de pleno atendimento (anexo II do edital);

E - Como condição para participação do pregão, a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual deverá apresentar, fora dos envelopes, declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 (ANEXO VII do edital).

3.2 – O credenciado só poderá representar uma empresa.

3.3 – O representante terá que ter poderes de assinar a ata de julgamento a ser lavrada após a sessão, e que entrará em vigor imediatamente após a homologação do certame.

3.4 - As Empresas que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas no item 3.1.1, acima, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todos e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso e dar lances, porem poderão participar como observadores, tendo sua proposta valida, caso não seja coberta os valores por ele apresentados.

IV- APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO:

4.1- No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, sendo:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

ENVELOPE Nº 02- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.1- Os envelopes deverão estar subscritos com a titulação de seu conteúdo, nome e endereço da empresa e número do **PREGÃO**.

4.1.2- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

4.1.3- Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope, salvo por fato superveniente aceito pelo pregoeiro, devidamente registrado em ata.

4.2- O envelope nº 01 conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada nos moldes do anexo III (disponível no site: **AC_LICITACAO_PR_6_2019. OBS: Ler MANUAL BETHA AUTO COTAÇÃO**), conforme regra abaixo:

A) Preço unitário, já inclusas todas as despesas com manutenção corretiva e preventiva, mão-de-obra, fornecimento, instalação, coleta de dados, treinamento, tributos e encargos sociais de quaisquer espécies e demais despesas necessárias à completa execução do contrato. Aplicáveis conforme objeto do certame;

B) Deverá o licitante preencher a proposta através do arquivo deste edital disponível no site, lida e elaborada exclusivamente através do aplicativo betha auto cotação, que após devidamente preenchida e gravada será salva preferivelmente **em pen drive**;

C) Não sendo possível acessar os dados da proposta do licitante a partir do pen drive de que trata o item “B”, ou caso a proposta tenha sido elaborada em planilha diferente daquele previsto no item “B”, o licitante **será considerado desclassificado**. Poderá o pregoeiro solicitar ao licitante que entre em contato com a empresa e envie no prazo de 30 (trinta) minutos a referida proposta via e-mail, caso



mesmo assim não seja possível acessar os dados da proposta da empresa. **O pregoeiro poderá suspender o certame para lançamento manual pelo período de horas ou dias que se fizer necessário, retornando o certame tão somente quando todas as propostas estiverem lançadas no sistema para início da fase de lances. Caso ocorra o fato em questão o pregoeiro lavrará uma ata e marcará uma data para retorno dos licitantes;**

D) Depois de preenchido a planilha e gravado em formato eletrônico, deverá o licitante imprimir uma cópia, assinar e colocar no envelope juntamente com o pen drive.

E) IMPORTANTÍSSIMO: O licitante não poderá alterar a ordem dos itens, bem como as especificações, quantitativos, muito menos excluir ou incluir linhas ou itens da planilha em formato eletrônico.

4.2.1.- Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

4.2.2 - A apresentação de uma proposta na licitação será considerada como evidência de que a proponente:

4.2.2.1 - Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Município informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;

4.2.2.2 - Assumirá integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto licitado, caso seja vencedora da licitação;

4.2.2.3 - Considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

4.2.2.4 - No caso excepcional, a critério da pregoeira, de a sessão do pregão ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, tais como ultrapassar o horário de expediente desta prefeitura (17h), realizar diligências (Art. 43, VI, § 3o) poderá, a sessão ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases. Os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

4.3- O envelope nº 02 deverá conter a documentação, em conformidade com o previsto a seguir:

4.3.1 - DA REGULARIDADE FISCAL

A - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

B – Original ou cópia autenticada da Certidão que prova regularidade com a Receita Federal, INSS e Dívida Ativa da União (CND) (art. 29, inciso IV da Lei nº 8.666/93);

C – Original ou cópia autenticada da certidão que prova regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (art. 29, inciso IV da Lei nº 8.666/93);

D – Original ou cópia autenticada da certidão que prova regularidade para com a fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, com prazo de validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não estiver consignado na mesma o prazo de validade (art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93);

E - A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de certidão da dívida ativa do Estado, de conformidade com a resolução PGE/SER nº 033/04, publicada no D.O.E, em 25 de novembro de 2004. **(No caso de firma do Estado do Rio de Janeiro).**

4.3.2 - DA REGULARIDADE TRABALHISTA



A – CNDT – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei 12.440 de 2011);

4.3.3 - DA DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

A – Certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

4.3.4 - DA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006.

B - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

C - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.3.5 – DA HABILITAÇÃO JURIDICA

A – Certidão negativa de Falência, concordata e/ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica.

4.3.5 – DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA

A – Comprovação de sua capacitação técnico-profissional através de documentação hábil a demonstrar que na data prevista para a entrega da proposta possui em seu quadro permanente, profissional devidamente reconhecido pela entidade competente, podendo ser aplicado a Nota CREA-RJ/CEEE/CAI NFC nº 01/96 estabelece que para equipamentos odontológicos sejam também responsáveis técnicos de eletromecânica e eletroeletrônica a níveis de 2º grau.

4.3.6 - OUTROS DOCUMENTOS

A – Documento informando: telefone e endereço de E-MAIL, bem como NOME DO RESPONSÁVEL pela assinatura do Contrato.

4.3.7 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

4.4- Os documentos necessários à habilitação e ao credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão oficial;

4.5- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;



4.6 - Na hipótese da apresentação do Certificado de Registro Cadastral não serão aceitos os documentos com prazo de validade vencido, sendo obrigatória a apresentação da cópia reprográfica do documento dentro do prazo de validade, devidamente autenticado em cartório, ou mediante a apresentação dos originais juntamente com as cópias que serão autenticadas, por um dos funcionários da Diretoria de Administração.

4.7. – Não serão admitidos atrasos, inclusive por motivo de autenticação de documentos.

V- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

5.1- A presente licitação é do tipo **menor preço unitário**, sendo que o julgamento das propostas será realizado de conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que oferecer o menor preço unitário.

5.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas, sendo feita sua conferência e posterior rubrica, pelos servidores designados;

5.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos;

5.4- No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor (Inciso VIII, Art. 4º da lei 10.520);

5.5- Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos de valores distintos e decrescentes sempre sobre o menor valor (lance), a partir do autor da proposta classificada de maior valor, e os demais;

5.6- Será vencedora aquela que ofertar o menor valor unitário objeto da presente licitação;

5.7- Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público;

5.8- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constante, deste Edital;

5.9- Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste Edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de menor preço unitário;

5.10- O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito;

5.11- Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado;

5.12- Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta;

5.13- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável;

5.14- Não será admitida desistência dos lances ofertados e nem retratação após o registro pelo pregoeiro sujeitando-se a proponente desistente às sanções administrativas constante deste Edital;

5.15- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados as Ocorrências relevantes e que, ao final será assinada pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, assim como pelos representantes proponentes presentes;

5.16- Verificando-se no curso da análise o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos a Proposta será desclassificada.

5.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.

VI - DOS RECURSOS:



- 6.1-** Dos atos praticados pelo pregoeiro, decorrente da presente licitação, cabem recursos administrativos de acordo com o estabelecido no art. 4º, inciso XVIII da Lei Federal nº 10.520/02;
- 6.2-** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias;
- 6.3-** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;
- 6.4-** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;
- 6.5** - Após a realização do Pregão, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria de Administração;
- 6.6-** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, em conformidade com o inciso XIX do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02;
- 6.7-** Os recursos interpostos, somente serão acolhidos nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, mediante requerimento protocolado no Protocolo Geral, nesta Prefeitura.

VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 7.1** - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:
- 7.1.1 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;
- 7.1.2 - multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.
- 7.2** - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que seja rescindido unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.
- 7.3** - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.4** - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Administração Pública de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 7.5** - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.
- 7.6** - Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, **NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS**, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:
- 7.6.1- Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;



7.6.2- multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

VIII - DO PREÇO:

8.1- O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;

8.2- Serão desclassificadas as propostas, cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado;

8.3- O preço a ser pago à detentora da ata será o vigente na data da ordem de fornecimento independentemente da data de entrega do material/serviço;

8.4- Não haverá reajuste de preço;

8.5- Independentemente de solicitação da detentora, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável convocar a detentora para estabelecer o novo valor.

IX - DO FORNECIMENTO e RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 – Os serviços serão solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser realizados em conformidade com os anexos I, II, III, IV,V e VI deste Edital e no prazo de 12 (doze) horas para iniciar a realização dos reparos ou manutenção, pois trata-se de atendimento imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2 – A fiscalização provisória do serviço será efetuada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis e nos termos do art. 73, inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3 – A fiscalização e atestado definitiva do serviço será efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Termo de Referência Anexo V do edital.

9.4 – Após a fiscalização provisória, o fiscal avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o atesto definitivo do serviço.

9.5 – Se, após a fiscalização provisória, constatar-se que o serviço foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a CONTRATADA, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

9.6 – O aceite/aprovação dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo.

9.7 – Será vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

9.8 – O prazo da vigência do contrato é pelo período de 12 (doze) meses podendo a critério da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto - RJ, ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, por um período sucessivo de até 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo

X - DA CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1- Os pagamentos serão efetuados a licitante contratada pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações, devendo as faturas serem apresentadas no Protocolo Geral do Município com toda a documentação necessária para efetivação do pagamento de acordo com as formalidades legais e contratuais previstas;

10.2- Quando o objeto da licitação for serviço, no momento do pagamento, serão descontados os seguintes valores:

10.2.1 – INSS: 11% (onze por cento);

10.2.2 – Imposto Sobre Serviço (I.S.S.): 2% (dois por cento) a 5 % (cinco por cento) e

10.2.3 – Imposto de Renda: 1,5% (um e meio por cento)



10.3 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1- É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

11.2 - Fica assegurada ao pregoeiro o direito de, no interesse da Administração anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

11.3- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

11.4- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

11.5- Após a apresentação da Proposta não cabe desistência da mesma salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceite do Pregoeiro;

11.6- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro ao contrário;

11.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;

11.8- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os Interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo;

11.9- Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal, etc.) da documentação, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação, ficando a decisão a critério da Comissão de Licitação.

11.10- Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro;

11.11- Aos casos omissos aplicar-se-á as disposições das Leis Federais nº 10.520/02, 8.666/93 e os Decretos Municipais nº 1239/03 e 1738/07.

11.12- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

11.13 - Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

11.14- O foro da Cidade de São José do Vale do Rio Preto, será o único competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

XII - ANEXOS:

12.1- Anexo I (Valor do objeto);

12.2- Anexo II (Modelo de declaração de pleno atendimento);

12.3- Anexo III (Proposta – disponível no site, juntamente com os anexos I e o Edital, deverá ser apenas preenchido e salvo em PEN-



DRIVE, conforme regras estabelecidas no item 4.2 do referido Edital);

12.4- Anexo IV (Termo de referência e plano de Trabalho);

12.5- ANEXO V (Minuta de Contrato).

12.6- Anexo VI (Modelo de declaração de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte)

XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - Os recursos orçamentários para o pagamento do objeto contratado correrão à conta da dotação no orçamento – Reserva Orçamentária das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto.

13.1.1- RESERVA ORÇAMENTÁRIA nº.:

A- 63/2019 PROJETO ATIVIDADE 2.034 ELEMENTO 3.3.90.39.00.00.00.00.0004 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

B- Valor total estimado da licitação R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

XIV - FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:

14.1 - Os interessados poderão adquirir o Edital, na sala de licitações / Comissão Municipal de Pregão, na Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Coronel Francisco Limongi, nº 125, 3º andar, no prédio da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto – RJ, localizada ao lado do Shopping Estação, ou diretamente no site www.sjvriopreto.rj.gov.br.

14.2 - O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente edital poderão ser feitas através da linha telefônica (24) 2224 1552 ou no endereço informado no parágrafo anterior até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

14.3- Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da Comissão de Pregão, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos proponentes.

14.4 - As solicitações de impugnações e / ou recursos deverão ser formalizadas através de processo administrativo protocolado no Protocolo Geral deste Município, no endereço informado no item 14.1, no horário das 9:30h as 16h, sendo que no caso de impugnação deverá ser autuado até 2 (dois) dias úteis anteriores a abertura dos envelopes de proposta e de 3 (três) dias úteis após o ato que o deu causa.

14.5 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento.

14.6 - Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no Diário Oficial.

14.7 - Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

São Jose do Vale do Rio Preto, 07 de março de 2019

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
=Pregoeira=



ANEXO II

**DECLARAÇÃO DE PLENO
ATENDIMENTO AO EDITAL**

À
Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Edital de Pregão nº ____/20__

A empresa _____ (Razão Social da Licitante), CNPJ
_____ (número), sediada na Rua _____, nº
_____, _____ Bairro/Cidade), **DECLARA** ao Município
de São José do Vale do Rio Preto, sob as penas da Lei, que:

- a) Atende a todas as condições de habilitação no processo licitatório/administrativo em epígrafe, não existindo quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação;
- b) Não foi declarada inidônea, por ato do Poder Público (em âmbito Federal, Estadual ou Municipal), para licitar ou contratar com a Administração Pública,
- c) Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;
- d) Não possui em seus quadros funcionário ou sócio ocupante de cargo público (efetivo, comissionado) no Poder Executivo ou Legislativo do Município de São José do Vale do Rio Preto.
- e) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Por ser expressão de verdade, firma a presente.

_____, em _____ de _____ de 20__.

_____.



ANEXO IV

Prefeitura Municipal de São José do vale do Rio Preto

Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

01 – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DESTE TERMO, EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

02 – JUSTIFICATIVA

O presente certame será realizado na modalidade de Pregão Presencial, visando o menor preço global, tendo por finalidade suprir a demanda de manutenções, recuperação e reformas dos equipamentos odontológicos, utilizados nos consultórios das Unidades de Saúde e Centro de Especialidades Odontológicas, anexo I, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 12 meses.

03 – DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADO

3.1. A Empresa contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, de diversas marcas e modelos, discriminados na Listagem de Bens constante desta Tabela I, incluindo fornecimento de peças, quando necessário.

3.2 Incluem-se no preço mensal do contrato o fornecimento e a aplicação de materiais de reposição, aquisição e materiais de consumo, conforme definições constantes no **ITEM 08** deste termo;



04. RELAÇÃO DAS MÁQUINAS E LOCAIS (TABELA I) :

TABELA I

**RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA DA SMS – SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO
PRETO**

01 – ESF BARRINHA	
1	Cadeira odontológica completa
1	Compressor odontológico
1	Caneta de alta rotação
1	Micromotor
1	Contra ângulo
1	Autoclave
1	Amalgamador capsular
1	Amalgamador misturador
1	Fotopolimerizador sem fio
1	Fotopolimerizador Led
1	Seladora
1	Negatoscópio
1	Ultrasson Odontológico digital com jato de bicarbonato e caneta

02 – ESF BOA VISTA	
1	Cadeira odontológica completa
1	Compressor odontológico
1	Caneta de alta rotação
1	Micromotor
1	Contra ângulo
1	Autoclave
1	Amalgamador capsular
1	Amalgamador misturador
1	Fotopolimerizador sem fio
1	Fotopolimerizador Led
1	Seladora
1	Ultrasson Odontológico digital com jato de bicarbonato e caneta



03 – ESF CONTENDAS	
1	Cadeira odontológica completa
1	Compressor odontológico
1	Caneta de alta rotação
1	Micromotor
1	Contra ângulo
1	Autoclave
1	Amalgamador capsular
1	Amalgamador misturador
1	Fotopolimerizador sem fio
1	Fotopolimerizador Led
1	Seladora
1	Ultrasson Odontológico digital com jato de bicarbonato e caneta

04 – ESF JAGUARA	
1	Cadeira odontológica completa
1	Compressor odontológico
1	Caneta de alta rotação
1	Micromotor
1	Contra ângulo
1	Autoclave
1	Amalgamador capsular
1	Amalgamador misturador
1	Fotopolimerizador sem fio
1	Fotopolimerizador Led
1	Seladora
1	Negatoscópio
1	Destiladora de água
1	Ultrasson Odontológico digital com jato de bicarbonato e caneta

05 – ESF POUSO ALEGRE	
1	Cadeira odontológica completa
1	Compressor odontológico
1	Caneta de alta rotação
1	Micromotor
1	Contra ângulo
1	Autoclave
1	Amalgamador capsular



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

1	Amalgamador misturador
1	Fotopolimerizador sem fio
1	Fotopolimerizador Led
1	Seladora
1	Negatoscópio
1	Ultrasson Odontológico digital com jato de bicarbonato e caneta

06 – ESF ROÇADINHO	
1	Cadeira odontológica completa
1	Compressor odontológico
1	Caneta de alta rotação
1	Micromotor
1	Contra ângulo
1	Autoclave
1	Amalgamador cápsula
1	Amalgamador misturador
1	Fotopolimerizador sem fio
1	Fotopolimerizador Led
1	Seladora
1	Ultrasson Odontológico digital com jato de bicarbonato e caneta

07 – ESF SÃO LOURENÇO	
1	Cadeira odontológica completa
1	Compressor odontológico
1	Caneta de alta rotação
1	Micromotor
1	Contra ângulo
1	Autoclave
1	Amalgamador cápsula
1	Amalgamador misturador
1	Fotopolimerizador sem fio
1	Fotopolimerizador com fio
1	Seladora
1	Destiladora de Água
1	Ultrasson Odontológico digital com jato de bicarbonato e caneta

08 – CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO	
---	--



4	Cadeiras odontológicas completa - 10 pés
2	Raio X
2	Compressores odontológicos
7	Canetas de alta rotação
4	Micromotor
3	Contra ângulo
1	Peça reta
2	Autoclave 20 litros
1	Autoclave 12 litros
1	Amalgamador capsulado
1	Amalgamador misturador
1	Destiladora de água
4	Fotopolimerizador sem fio
3	Fotopolimerizador Led
2	Seladora
1	Negatoscópio
3	Ultrasson Odontológico digital com jato de bicarbonato e caneta
1	Ultrasson Odontológico digital sem jato de bicarbonato e caneta
1	Bomba a vácuo com 2 unidades auxiliares

09 – SALA DE PRÓTESE	
1	Torno para Polimento
1	Micro motor elétrico com acionamento por pedal
1	Motor de chicote
1	Vibrador de gesso
1	Cortador de Gesso
2	Panela Pneumática

05. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1. A manutenção é entendida como o conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza preventiva e corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes;

5.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ter periodicidade semanal, em todas as Unidades que possui habilitada a Saúde Bucal desta Secretaria Municipal de Saúde.

5.3. Considera-se manutenção preventiva, entre outros, os serviços de:



- a) revisão geral;
- b) fixação e troca de parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis e garrafas externas de reservatório de água dos equipamentos;
- c) correção de vazamentos de ar e água;
- d) limpeza;
- e) testes, recarga, calibração e lubrificação com a finalidade de evitar a ocorrência de defeitos e acidentes, bem como para garantir o perfeito e regular funcionamento dos equipamentos;

5.4. Compreende-se como manutenção corretiva, entre outros, os serviços de reparos para eliminar defeitos técnicos e/ou decorrentes do uso normal, incluída a substituição de peças gastas ou inajustáveis porventura necessárias, visando estabelecer o perfeito e regular funcionamento dos equipamentos mantidos.

5.4.1 Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados sempre que houver necessidade, mediante solicitação emitida pela CONTRATANTE, para permitir a correção de defeitos ou falhas em qualquer unidade dos equipamentos;

5.5. A CONTRATADA deverá substituir peças dos equipamentos sempre que verificada sua necessidade, em função do desgaste natural decorrente da utilização ou de defeitos técnicos, por outra de configuração idêntica ou superior, originais e novas, por ocasião da execução de manutenção corretiva.

5.6 A CONTRATADA possuirá as suas despesas, pessoal qualificado (técnicos e demais necessários) e equipamentos necessários a realização da manutenção dos equipamentos listados na Tabela I ao presente.

5.7 A CONTRATADA executará os serviços dentro dos melhores padrões e normas atualizadas e vigentes, com o rigor técnico que a natureza da prestação de serviço requer.

5.8 A CONTRATADA deverá estar em situação regular perante os órgãos de classe, fiscalizadores e fiscais, devendo apresentar todas as certidões que comprovem a regularidade.

5.9 A CONTRATADA deverá assumir total responsabilidade pelos serviços e responder por eventuais danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus funcionários a terceiros nos acidentes de trabalho, quando na execução dos serviços;

5.10 A CONTRATADA Sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria Municipal de Saúde, encarregada de acompanhar o presente objeto, prestando esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.11 A CONTRATADA ficará obrigada a refazer os serviços que vierem a ser recusados por não atenderem à qualidade necessária para os serviços, sem que isso acarrete qualquer ônus para a Administração Municipal ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente, em Edital e no Contrato;



5.12 A CONTRATADA se obriga a arcar com uma contra partida, na proporção de 10% (dez por cento), para aquisição e reposição de peças.

5.13 A CONTRATADA a qualquer momento que solicitada, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Saúde para prestar esclarecimentos ou participar de reuniões junto a Direção, Contas Médicas ou Departamentos da Municipalidade que se fizer necessário.

5.14 A CONTRATADA se obriga, por suas expensas, a repor todas as peças e qualquer equipamento que estiver danificado, por substituição temporária pelo período do tempo do reparo, visando não descontinuar o atendimento;

5.15 A CONTRATADA atenderá as panes ocorridas nos equipamento em no máximo 12 (doze) horas após a solicitação por parte da Secretaria Municipal de Saúde, mantendo para tanto junto a Coordenação de Odontologia todos os meios possíveis de contato imediato.

5.16 A CONTRATADA não permitirá a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.17 A CONTRATADA não transferirá a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

5.18 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

06. DO ATENDIMENTO

6.1. A CONTRATADA deverá atender às solicitações de comparecimento para correção dos defeitos ou falhas em qualquer unidade dos equipamentos no prazo máximo de 12 (doze) horas, a contar do recebimento da solicitação feita pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), prestando o atendimento no período compreendido entre 8 h e 16 h, de segunda a sexta-feira, exceto aos feriados, nos locais onde se encontram instalados os equipamentos;

6.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos no período indicado anteriormente. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento dos sistemas, ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento da Unidade na qual o equipamento esteja instalado, excepcionalmente tais serviços poderão ser programados para outros horários e dias, desde que não gerem pagamento de horas extras e/ou adicional noturno;



6.2. A CONTRATADA deverá emitir Relatório Circunstanciado, especificando a causa e tipo de problema apresentado e indicando a necessidade, ou não, da substituição de peças, componentes ou acessórios, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do comparecimento ao local;

6.2.1. No caso de impossibilidade de identificação do defeito técnico no local a CONTRATADA poderá remover o equipamento, devendo o Relatório Circunstanciado ser apresentado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do comparecimento ao local;

6.2.2. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficina necessitará de prévia autorização do gestor do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação correrão por conta da CONTRATADA;

6.3. A CONTRATADA se obriga, por suas expensas, a repor todas as peças e qualquer equipamento que estiver danificado, por substituição temporária pelo período do tempo do reparo, visando não descontinuar o atendimento;

6.4. Dentro dos prazos estipulados anteriormente, fica assegurado a Secretaria Municipal de Saúde que o técnico da CONTRATADA deverá sanar o defeito causador da paralisação dos equipamentos;

6.5. Nos equipamentos que se encontrem em período de garantia os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a CONTRATADA constatar se o problema é coberto pela garantia ou não.

6.5.1. Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo técnico responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

6.5.2. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere o item anterior e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

6.5.3. Durante o prazo de garantia dos equipamentos será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

6.5.4 O serviço só poderá ser realizado com a autorização expressa da CONTRATANTE, tendo em vista perda a garantia.

6.6. As despesas com locomoção do técnico para manutenção será por conta da empresa contratada.

07. RELATÓRIO TÉCNICO



7.1. A CONTRATADA, sempre que for realizada manutenção corretiva, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde RELATÓRIO TÉCNICO mensal relativo a todos os bens patrimoniais atendidos, no qual deverá constar a descrição dos serviços e do defeito apresentado, as peças substituídas, quando for o caso, bem como o tipo de bem, número de patrimônio, data do reparo e prazo de garantia, tanto dos serviços quanto das peças.

7.2. A CONTRATADA deverá apresentar RELATÓRIO TÉCNICO mensal relativo à manutenção preventiva, no qual deverá constar a descrição dos serviços realizados, bem como o fornecimento e aplicação de materiais de reposição, quando for o caso.

7.3 A contrata deverá enviar os RELATÓRIOS TÉCNICOS mensais até o 05 (quinto) dia útil do mês subsequente.

08. DOS MATERIAIS

8.1. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos de ar e água, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto desta licitação.

8.1.1 Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxa, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasível e biodegradável, necessários à manutenção preventiva dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

8.2 A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e aquisição necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos de ar e água, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto desta licitação, na proporção 10% (dez por cento) no valor mensal.

8.2.1 Entende-se por materiais de reposição e aquisição, de forma exemplificativa: parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, garrafas externas de reservatório de água dos equipamentos, correias, peças em gerais e correlatos.

09. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS E SUA APLICAÇÃO

9.1 Constatada a necessidade de substituição de peças dos equipamentos da Tabela - I, deste Termo de Referência, seu fornecimento e instalação obedecerão às seguintes etapas:

a) emissão de relatório circunstanciado, pela CONTRATADA, especificando o defeito apresentado e as peças que necessitam ser substituídas;



b) ratificação, pela Secretaria Municipal de Saúde, da necessidade de substituição das peças indicadas no relatório circunstanciado apresentado pela CONTRATADA; c) fornecimento das peças pela CONTRATADA, de acordo com o estabelecido que mesma ira ter uma contrapartida de 10%, conforme item 8.0; d) instalação das peças pela CONTRATADA;

9.1.1 Todas as peças fornecidas e instaladas pela CONTRATADA deverão ser genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior;

9.1.2 Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao gestor do contrato;

9.2 Caso haja impossibilidade da reposição das peças, conforme item 6.3, a CONTRATADA deverá apresentar documento justificando a impossibilidade do fornecimento e instalação;

9.3 Os equipamentos não contemplados na Tabela I, deste termo e que, necessitem de manutenção preventiva e corretiva, deverão ser inseridos de forma que a CONTRATADA possa realizar usar atribuições, desde que não proporcione aumento no valor mensal.

9.3.1 Será responsabilidade da CONTRATADA, encaminhar relatório de impacto financeiro sobre o valor do objeto desta licitação, caso ocorra.

9.4. A instalação de qualquer peça nos equipamentos será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que não poderá impor a Secretaria Municipal de Saúde, por tais aplicações, qualquer ônus adicional aos preços contratados para os serviços de manutenção.

10. DO VALOR ESTIMADO:

10.1. O valor estimado para a despesa referente à manutenção mensal do objeto licitante será de acordo com as cotações em anexo, previstas para o período de 12 (doze) meses.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Acompanhar, fiscalizar, zelar pela boa qualidade do serviço, receber, conferir e avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários através de representante(s) designado(s) por esta Seccional (gestor).

11.2 Registrar em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópia à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11.3 Atestar a execução dos serviços, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.



11.4 Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme previsto neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

11.5 Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação.

11.6 Garantir o livre acesso da CONTRATADA nas unidades desta Secretaria Municipal de Saúde.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4 Fica designada a Servidora Veniz Zambon Diniz, matrícula 2794, (Coordenação da Odontologia) Gestora do Contrato.

13. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste edital, o licitante que:

- 13.1.1 Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
- 13.1.2 Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;
- 13.1.3 Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- 13.1.4 Apresentar documentação falsa;
- 13.1.5 Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- 13.1.6 Não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;
- 13.1.7 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.9 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.



13.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos casos citados no item 6.1, conforme detalhado nos itens 13.1.1 ao 13.1.9.

13.3 – Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

13.3.1- Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

13.3.2- multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

13.4 - Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

13.4.1 Pela recusa em assinar a ata de registro de preço, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;

13.4.2 Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;

13.4.3 Pelo retardamento na entrega dos materiais/serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;

13.4.4 Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos materiais/serviços não entregues ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;

13.4.5 Pelo cancelamento da presente ata de registro de preço por culpa da DETENTORA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;

13.4.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

13.4.7- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.5- As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

13.6- O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;



13.6.1 O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

14. VIGÊNCIA

O prazo da vigência do contrato é pelo período de 12 (doze) meses podendo a critério da PMSJVRP, ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, por um período sucessivo de até 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo.

São José do Vale do Rio Preto (RJ), 03 de dezembro de 2018.

RAFELLA RAMPINI TEIXEIRA
SECRETARIA DE SAÚDE



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal de Saúde

Relação das Unidades do Termo de Referência:

Unidade de Saúde da Família de Barrinha
Estrada Silveira da Motta, Km 13, Barrinha, São José do Vale do Rio Preto.

Unidade de Saúde da Família de Contendas
Estrada Silveira da Motta, Km 17, Contendas, São José do Vale do Rio Preto.

Unidade de Saúde da Família de Jaguará
Estrada Silveira da Motta, Km 19, Jaguará, São José do Vale do Rio Preto.

Unidade de Saúde da Família de São Lourenço
Estrada de São Lourenço, s/n, São Lourenço, São José do Vale do Rio Preto.

Unidade de Saúde da Família de Boa Vista
Estrada da Serra do Capim, s/n, Boa Vista, São José do Vale do Rio Preto.

Unidade de Saúde da Família de Roçadinho
Estrada do Roçadinho, s/n, Roçadinho, São José do Vale do Rio Preto.

Unidade de Saúde da Família de Pouso Alegre
Estrada de Pouso Alegre, s/n, Pouso Alegre, São José do Vale do Rio Preto.

Centro de Especialidades Odontológicas – CEO
Praça João Werneck, 55 - Centro, Terceiro Andar, sala 305, 306 e 307, São José do Vale do Rio Preto – RJ.



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXXXXXX

CONTRATO Nº XXXX/20XX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, DE ACORDO COM CONDIÇÕES DESTE CONTRATO, EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, E DO OUTRO A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

Aos xxxx dias do mês de xxxxxxx do ano de xxxxxxxxxxxxxxxx, em repartição competente, perante a Secretária Municipal de Administração, Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e comigo, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, responsável por Contratos e Convênios, designada para lavrar o presente, atendendo ao despacho exarado no Processo Administrativo nº. 8219/2018, compareceram, de um lado como **CONTRATANTE**, o Município de São José do Vale do Rio Preto, Ente de direito público interno, com sede à Rua Cel. Francisco Limongi, 159, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 32.001.836/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **Gilberto Martins Esteves**, brasileiro, contabilista, portador da CRC/RJ nº 077/62/0-8, e do CPF nº 920.134.577-15, residente e domiciliado à Rua Alberto Martins Esteves, nº 33, Novo Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ, CEP: 25.780-000, e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, localizada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, representada pelo Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro (a), casado (a), xxxxxxx, portadora da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, expedida pelo XXXXXX, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxxx, para celebração do presente Contrato, dentro das seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste contrato, **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, DE ACORDO COM CONDIÇÕES DESTE CONTRATO, EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS**, para a Secretaria Municipal de Saúde, nos moldes dos anexos I, II, III, IV, V e VI do Edital do pregão nº xxxx/2019, para fornecimento pela **DETENTORA DO PREGÃO nº xx/2019** ao Município de São Jose do Vale do Rio Preto, conforme especificações, quantitativos, marcas e valores especificados abaixo.

1.2. Discriminação do objeto:

Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit. Máximo	Total Preço Máximo
X	X	XXX	XXX	XXXX	XXXX
X	X	XXX	XXX	XXXX	XXXX
X	X	XXX	XXX	XXXX	XXXX
(Valores expressos em Reais)				Total Máximo Geral:	R\$ XXXX

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

2.1 O prazo da vigência do contrato é pelo período de 12 (doze) meses podendo a critério da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto - RJ, ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, por um período sucessivo de até 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS:

3.1 - A solicitação dos serviços deste contrato será solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a clausula 4.2 deste contrato e deverão obedecer aos prazos e condições elencados, conforme o Edital, Anexos e bem como o Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. O objeto deste contrato deverá ser realizado conforme, descrito no Anexo IV – Termo de Referência do **PREGÃO Nº xxxx**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e atendendo nos endereços da Unidades de Saúde e se for necessário nas expensas da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá possuir, nas suas expensas, pessoal especializado (técnicos) e equipamentos necessários à realização dos serviços listados no anexo IV - Termo de Referência . Todas as despesas relativas a este serviço será de responsabilidade da empresa contratada.

4.2 Os serviços serão solicitados:

SECRETARIA SOLICITANTE	HORÁRIO PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	ENTREGA E PRAZO DO SERVIÇO	ENDEREÇOS
SEC. DE SAÚDE	8 horas e 16 horas de segunda a sexta, exceto aos feriados.	A assistência técnica deverá ser realizada semanal para as manutenções preventivas e as corretivas quando solicitadas no prazo máximo de 12 horas, após a solicitação para manutenção dos equipamentos sem nenhum ônus adicional para o Município, devendo todas as despesas correr por conta da empresa vencedora do certame, junto ao Município de São José do Vale do Rio Preto - RJ.	Rua Professora Emília Esteves, 617, Centro, São José do Vale do Rio Preto, RJ. CEP: 25.780.000 Tel. (24) 2224-7195; 2224-1322 e 2224-7373. Unidade de Saúde da Família de Barrinha Estrada Silveira da Motta, Km 13, Barrinha, São José do Vale do Rio Preto. Unidade de Saúde da Família de Contendas Estrada Silveira da Motta, Km 17, Contendas, São José do Vale do Rio Preto. Unidade de Saúde da Família de Jaguará Estrada Silveira da Motta, Km 19, Jaguará, São José do Vale do Rio Preto. Unidade de Saúde da Família de São Lourenço Estrada de São Lourenço, s/n, São Lourenço, São José do Vale do Rio Preto. Unidade de Saúde da Família de Boa Vista Estrada da Serra do Capim, s/n, Boa Vista, São José do Vale do Rio Preto. Unidade de Saúde da Família de Roçadinho Estrada do Roçadinho, s/n, Roçadinho, São José do Vale do Rio Preto. Unidade de Saúde da Família de Pouso Alegre Estrada de Pouso Alegre, s/n, Pouso Alegre, São José do Vale do Rio Preto. Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Praça João Werneck, 55 - Centro, Terceiro Andar, sala 305, 306 e 307, São José do Vale do Rio Preto – RJ.



- 4.3 Os serviços deverão ocorrer com as necessidades informadas na cláusula 4.2 deste contrato, na qual a Secretaria encaminhará os pedidos via e-mail;
- 4.4 O solicitante rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do edital e seus anexos.
- 4.5 O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente contrato acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA PAGAMENTO:

- 5.1- O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data final do adimplemento de cada fornecimento;
- 5.2- Para processar-se o pagamento, o CONTRATADO deverá dar entrada no Protocolo Geral, do Município munido da documentação necessária, inclusive da Nota de Empenho;
- 5.2.1- Para atestar o recebimento definitivo dos materiais entregues, a Secretaria solicitante terá o prazo de cinco dias úteis, contados da data de recebimento do objeto;
- 5.2.2- A Secretaria não poderá receber os materiais diferentes daquele objeto do registrado na ata do pregão nº xxxx, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato, incluindo a marca e especificações.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

- 6.1 Fica ajustado o valor total do presente contrato em R\$ XXXXXXXXXX, sendo os valores unitários os descritos na cláusula 1.2.;
- 6.2 Neste valor deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE E EXECUÇÃO:

- 7.1. A avaliação da qualidade dos atendimentos, realização dos serviços preventivos e corretivos entregues será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, por ocasião do atendimento e serviços realizados.
- 7.1.2 A fiscalização da contratação será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Fiscal deste contrato, conforme informados abaixo:
- Nome: **Veniz Zambon Diniz**, Cargo: **coordenadora da Odontologia**, Matrícula: **2794**.
- 7.2. A avaliação da qualidade dos atendimentos, realização e fornecimento de resultados dos serviços entregues não exclui a responsabilidade da empresa contratada pela qualidade dos mesmos entregues fora dos limites estabelecidos em lei, ou das especificações técnicas diferentes dos serviços ofertados.
- 7.3. A ausência de qualidade dos atendimentos, realização dos serviços entregues ensejará em suspensão do pagamento, podendo haver rescisão contratual, conforme análise dos fiscais de contrato informados na cláusula 7.1.2.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE E DO CONTRATADO:

8.1 DO CONTRATANTE:

- 8.1.1 Fiscalizar a execução do contrato através da Secretaria Municipal de Saúde e fiscais nomeados.
- 8.1.2 Realizar os pagamentos nas datas previstas do presente contrato, após a fiscalização dos serviços realizados e atestar a conclusão dos mesmos.
- 8.1.3 Exigir da contratada apresentação das Notas Fiscais correspondentes às realizações dos serviços para pagamento aceitas pela fiscalização da contratante.
- 8.1.4 Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

8.2 DA CONTRATADA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

- 8.2.1 A CONTRATADA executará a prestação dos serviços de acordo com o especificado neste contrato em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V e VI do edital do pregão nº xxx/2019;
- 8.2.2 A CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, de forma permanente e regular e nas mesmas quantidades requisitadas, os serviços, objeto desta licitação, solicitados;
- 8.2.3 A CONTRATADA providenciará a imediata correção das deficiências apontadas pela a CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos produtos;
- 8.2.4 A CONTRATADA zelará pela a prestação dos serviços, de modo que o fornecimento seja realizado com esmero e perfeição;
- 8.2.5 A CONTRATADA se responsabilizará por todas as despesas diretas ou indireta, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda a contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
- 8.2.6 A CONTRATADA sempre que realizar a manutenção corretiva, deverá encaminhar à Secretaria de Saúde relatório técnico de todos os bens patrimoniais atendidos, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente, no qual deverá constar a descrição dos serviços e do defeito apresentado, as peças substituídas, quando for o caso, bem como o tipo de bem Nº de patrimônio, data do reparo e prazo de garantia, tanto dos serviços, quanto das peças.
- 8.2.7 A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico mensal relativo a manutenção preventiva, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente, no qual deverá constar a descrição dos serviços realizados, bem como o fornecimento e aplicação de materiais de reposição, quando for o caso;
- 8.2.8 A CONTRATADA deverá utilizar nos equipamentos peças originais com especificação do fabricante, de configuração idêntica ao superior, por ocasião da execução de manutenção preventiva e/ou corretiva;
- 8.2.9 A instalação de qualquer peça nos equipamentos será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que não poderá impor ao município de São José do Vale do Rio Preto-RJ, por tais aplicações, qualquer ônus adicional aos preços contratados para os serviços de manutenção;
- 8.2.10 A substituição de peças correrá por conta da CONTRATADA, sendo substituída sempre que verificada sua necessidade, em função do desgaste natural decorrente da utilização ou de defeitos técnicos, por outra configuração idêntica ou superior, originais e novas, por ocasião da execução de manutenção corretiva;
- 8.2.11 A CONTRATADA deverá assumir total responsabilidade pelos serviços e responder por eventuais danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus funcionários a terceiros nos acidentes de trabalho, quando na execução dos serviços;
- 8.2.12 A CONTRATADA possuirá as suas expensas, pessoal qualificado (técnicos e demais necessários) e equipamentos necessários a realização da manutenção dos equipamentos listados na Tabela I do termo de referência anexo IV do Edital do Pregão nº xxx .
- 8.2.13 A CONTRATADA executará os serviços dentro dos melhores padrões e normas atualizadas e vigentes, com o rigor técnico que a natureza da prestação de serviço requer.
- 8.2.14 A CONTRATADA deverá estar em situação regular perante os órgãos de classe, fiscalizadores e fiscais, devendo apresentar todas as certidões que comprovem a regularidade.
- 8.2.15 A CONTRATADA sujeitar-se-á a mais e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria de saúde, encarregada de acompanhar o presente objeto, prestando esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 8.2.16 A CONTRATADA ficará obrigada a refazer os serviços que vierem a ser recusados por não atenderem à qualidade necessária para os serviços, sem que isso acarrete qualquer ônus para a Administração municipal ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente e prevista em edital do pregão nº xxx.
- 8.2.17 A CONTRATADA se obriga a arcar com uma contra partida, na proporção de 10% (dez por cento), para aquisição e reposição de peças;
- 8.2.18 A CONTRATADA a qualquer momento que solicitada, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Saúde para prestar esclarecimentos ou participar de reuniões junto a Direção, Contas Médicas ou Departamentos da Municipalidade que se fizer necessário.



8.2.19 A CONTRATADA se obriga, por suas expensas, a repor todas as peças e qualquer equipamento que estiver danificado, por substituição temporária pelo período do tempo do reparo, visando não descontinuar o atendimento;

8.2.20 A CONTRATADA atenderá as panes ocorridas nos equipamentos em no máximo 12 (doze) horas após a solicitação por parte da Secretaria Municipal de Saúde, mantendo para tanto junto a Coordenadora de Odontologia todos os meios possíveis de contato imediato;

8.2.21 A CONTRATADA não permitirá a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.22 A CONTRATADA não transferirá a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de referência anexo V do edital do pregão nº xxx;

8.2.23 A CONTRATADA deverá atender às solicitações de comparecimento para correção dos defeitos ou falhas em qualquer unidade dos equipamentos para correção dos defeitos ou falhas em qualquer unidade dos equipamentos no prazo máximo de 12 (doze) horas, a contar do recebimento da solicitação feita pelo servidor da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), prestando o atendimento no período compreendido entre 8 h e 16 h, de segunda a sexta-feira, exceto aos feriados, nos locais onde se encontram instalados os equipamentos;

8.2.24 A CONTRATADA deverá realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sempre que possível, ser desenvolvidos no período indicado conforme item 8.2.23. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento dos sistemas, ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento da Unidade na qual o equipamento esteja instalado, excepcionalmente tais serviços poderão ser programados para outros horários e dias, desde que não gerem pagamentos de horas extras e/ou adicional noturno;

8.2.25 A CONTRATADA deverá emitir Relatório Circunstanciado, especificando a causa e tipo de problema apresentado e indicando a necessidade, ou não, da substituição de peças, componentes ou acessórios, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, a contar do comparecimento ao local;

8.2.26 A CONTRATADA no caso de impossibilidade de identificação do defeito técnico no local poderá remover o equipamento, devendo o Relatório Circunstanciado ser apresentado no prazo de 48(quarenta e oito) horas, a contar do comparecimento ao local;

8.2.27 Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficina necessitará de prévia autorização do gestor do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação correrão por conta da CONTRATADA;

8.2.28 A CONTRATADA se obriga por suas expensas, a repor todas as peças e qualquer equipamento que estiver danificado, por substituição temporária pelo período do tempo do reparo, visando não descontinuar o atendimento;

8.2.29 Dentro dos prazos estipulados anteriormente, fica assegurado a Secretaria Municipal de Saúde que o técnico da CONTRATADA deverá sanar o defeito causador da paralisação dos equipamentos;

8.2.30 Nos equipamentos que se encontrem em período de garantia os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a CONTRATADA constatar se o problema é coberto pela garantia ou não;

8.2.31 Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo técnico responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias;

8.2.32 Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere o item 8.2.31 e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento;

8.2.33 Durante o prazo de garantia dos equipamentos será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para extinção da garantia determinada pelo fabricante;

8.2.34 O serviço só poderá ser realizado com a autorização expressa da CONTRATANTE, TENDO EM VISTA PERDA DE GARANTIA;

8.2.35 A CONTRATADA arcará com as despesas com locomoção do técnico para manutenção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

8.2.36 A CONTRATADA, sempre que for realizar manutenção corretiva, deverá encaminhar à Secretaria de Saúde RELATÓRIO TÉCNICO mensal relativo a todos os bens patrimoniais atendidos, no qual deverá constar a descrição dos serviços e do defeito apresentado, as peças substituídas, quando for o caso, bem como o tipo de bem, número de patrimônio, data do reparo e prazo de garantia, tanto dos serviços quanto das peças;

8.2.37 A CONTRATADA deverá apresentar RELATÓRIO TÉCNICO mensal relativo à manutenção preventiva, no qual deverá constar a descrição dos serviços realizados, bem como o fornecimento e aplicação de materiais de reposição, quando for o caso;

8.2.38 A CONTRATADA deverá enviar os RELATÓRIOS TÉCNICOS mensais até o 05 (cinco) dia útil do mês subsequente;

8.2.39 A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos de ar e água, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto desta licitação;

8.2.40 Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasível e biodegradável, necessários à manutenção preventiva dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos;

8.2.41 A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e aquisição necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos de ar e água, limpeza, testes, recargas, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja a manutenção seja objeto deste contrato, na proporção de 10% (dez por cento) no valor mensal;

8.2.42 entende-se por materiais de reposição e aquisição, de forma exemplificativa: parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, garrafas externas de reservatório de água dos equipamentos, correias, peças em gerais e correlatos;

8.2.43 Constatada a necessidade de substituição de peças dos equipamentos da Tabela – I do Anexo IV - Termo de Referência do PREGÃO Nº xxxxx seu fornecimento e instalação obedecerão às seguintes etapas:

a) Emissão de relatório circunstanciado, pela CONTRATADA, especificando o defeito apresentado e as peças que necessitam ser substituídas;

b) Ratificação, pela Secretaria Municipal de saúde, da necessidade de substituição das peças indicadas no relatório circunstanciado apresentado pela CONTRATADA;

c) Fornecimento das peças pela CONTRATADA, de acordo com o estabelecido que a mesma ira ter uma contrapartida de 10% (dez por cento), conforme estabelecido no Anexo IV - Termo de Referência do PREGÃO Nº xxxxx e neste contrato;

d) Instalação das peças pela CONTRATADA;

8.2.44 Todas as peças fornecidas e instaladas pela CONTRATADA deverão ser genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior;

8.2.45 Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao gestor do contrato;

8.2.46 Caso haja impossibilidade da reposição das peças, conforme item 6.3, a CONTRATADA deverá apresentar documento justificando a impossibilidade do fornecimento e instalação;

8.2.47 Os equipamentos não contemplados na Tabela I do Anexo IV - Termo de Referência do PREGÃO Nº xxxxx e que, necessitem de manutenção preventiva e corretiva, deverão ser inseridos de forma que a CONTRATADA possa realizar usar atribuições, desde que não proporcione aumento no valor mensal.

8.2.48 Será responsabilidade da CONTRATADA, encaminhar relatório de impacto financeiro sobre o valor do objeto desta licitação, caso ocorra;

8.2.49 A instalação de qualquer peça nos equipamentos será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que não poderá impor a Secretaria Municipal de Saúde, por tais aplicações, qualquer ônus adicional aos preços contratados para os serviços de manutenção.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias e Elementos de acordo com cada Secretaria solicitante: RESERVA ORÇAMENTÁRIA nº. 63/2019 PROJETO ATIVIDADE 2.034 ELEMENTO 3.3.90.39.00.00.00.0004 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA



CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

10.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração;

10.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

10.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I e IV, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1 Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.2 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:

11.1.2 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o **prazo de fornecimento**, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

11.1.3 - multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

11.3 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que seja rescindido unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

11.4 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.5 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Administração Pública de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

11.7 - Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, **NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS**, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

11.7.1- Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

11.7.2- multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

11.7.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

11.7.4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.8 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

11.9 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

11.9.1 O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de São José do Vale do Rio Preto, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente.

12.2 E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legais efeitos.

São José do Vale do Rio Preto, xx de xxxxxxxx de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXX



ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/____.

....., inscrita no CNPJ
no, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF
no, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da
lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal
nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua equipe de apoio juntamente com os envelopes
de Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes, somente pelas empresas que pretenderem
se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar n.º
123/2006.